



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Amom Mandel - Cidadania/AM

Apresentação: 14/12/2023 17:01:19.753 - MESA

RIC n.3107/2023

/REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N° , DE 2023

(Do Sr. AMOM MANDEL)

Requer informações ao Ministério da Justiça e Segurança Pública do Governo Federal acerca das medidas e estratégias adotadas para conter e prevenir a extração ilegal de minério de ouro no Amazonas, considerando que este é um problema recorrente como no caso destacado pela Operação Tempestade Aurífera.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex^a., com base no art. 50 § 2º da Constituição Federal, combinado com os arts. 115, inciso I e 116, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, Senhor Flávio Dino, acerca das medidas e estratégias adotadas para conter e prevenir a extração ilegal de minério de ouro no Amazonas, considerando que este é um problema recorrente como no caso destacado pela Operação Tempestade Aurífera. Neste contexto, solicito:

- a)** Diante das informações apresentadas, como o Ministério da Justiça e Segurança Pública pretende intensificar a cooperação entre as forças de segurança e órgãos ambientais, como a Polícia Federal e o Ibama, para fortalecer as ações de prevenção e repressão à extração ilegal de minério de ouro, considerando a complexidade da questão?
- b)** Diante das preocupações levantadas sobre os possíveis impactos ambientais da Operação Tempestade Aurífera, qual é a abordagem do Ministério da Justiça e Segurança Pública para assegurar que as



Praça dos Três Poderes - Anexo IV – Gabinete 760 - Câmara dos Deputados - CEP: 70.160-900 – Brasília/DF

Contato: (61) 3215-5760 e-mail: dep.amommandel@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD235415241200>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Amom Mandel



* C D 2 3 5 4 1 5 2 4 1 2 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Amom Mandel - Cidadania/AM

Apresentação: 14/12/2023 17:01:19.753 - MESA

RIC n.3107/2023

ações repressivas não causem danos ambientais adicionais à região do Amazonas?

- c) Como o Ministério da Justiça e Segurança Pública planeja fortalecer as políticas de fiscalização, considerando as questões levantadas sobre a efetividade dessas medidas na identificação e responsabilização dos envolvidos na extração ilegal de ouro?
- d) Qual é a estratégia do Ministério da Justiça e Segurança Pública para promover uma abordagem mais abrangente no enfrentamento da extração ilegal de recursos naturais, envolvendo ações preventivas e educativas, além das medidas repressivas já anunciadas pelas autoridades?
- e) Considerando a urgência de um diálogo mais amplo entre governo, sociedade civil e setores envolvidos na questão da extração ilegal de ouro, de que maneira o Ministério da Justiça e Segurança Pública planeja facilitar e incentivar a participação ativa desses segmentos na busca por soluções sustentáveis e integradas para o desafio enfrentado no estado do Amazonas?

Por oportuno, também, solicito o encaminhamento de outras informações e/ou documentos que Vossa Excelência julgar necessário.

JUSTIFICAÇÃO





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Amom Mandel - Cidadania/AM

Apresentação: 14/12/2023 17:01:19.753 - MESA

RIC n.3107/2023

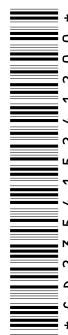
Primeiramente, é necessário esclarecer que este requerimento de informações foi enviado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública por possuir ampla competência na coordenação e implementação de políticas relacionadas à justiça, segurança pública e ordem social no Brasil. Seu papel abrange desde a formulação de políticas de combate ao crime, prevenção da violência e fortalecimento do sistema de segurança até a coordenação de ações de cooperação entre estados e órgãos de segurança para garantir a proteção dos cidadãos e a manutenção da ordem pública. Além disso, o Ministério desempenha um papel fundamental na promoção de políticas de justiça social, direitos humanos e cidadania, visando construir um ambiente seguro e equitativo para todos os brasileiros.

Dito isto, justifica-se o direcionamento deste requerimento para tratar do tema relacionado.

A Polícia Federal e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) deflagraram uma operação conjunta denominada "Tempestade Aurífera", desencadeada no dia 6 de dezembro na Orla do São Raimundo, em Manaus. A ação visa prevenir e reprimir a extração ilegal de minério de ouro, uma prática que tem gerado sérios danos ambientais no estado do Amazonas.

Durante a operação, sete grandes balsas, identificadas por canos de 16 e 18 polegadas, foram destruídas, sendo apontadas como causadoras de danos ambientais significativos pela Polícia Federal. O uso de explosivos pelos agentes, embora visasse desativar essas embarcações, suscita preocupações sobre os impactos ambientais da própria operação, podendo gerar consequências não previstas para a região.

A apreensão de documentos no local, embora apresente potencial para identificar os responsáveis pela extração ilegal, também levanta questões sobre a





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Amom Mandel - Cidadania/AM

Apresentação: 14/12/2023 17:01:19.753 - MESA

RIC n.3107/2023

efetividade das políticas de fiscalização. A presença constante dessas práticas ilícitas destaca a necessidade de uma abordagem mais abrangente, contemplando ações preventivas e educativas, além das repressivas.

Fica evidente a complexidade do desafio enfrentado pelas autoridades diante da extração ilegal de recursos naturais, apontando para a urgência de um diálogo mais amplo entre governo, sociedade civil e setores envolvidos. A instauração de uma investigação policial, anunciada pela Polícia Federal, destaca a necessidade de aprofundar os fatos e identificar os responsáveis. No entanto, é preciso questionar se essa abordagem punitiva é suficiente para abordar as raízes do problema.

Nesta esteira, faz-se necessária a solicitação de informações, compreendendo que o acesso aos dados da administração pública é um direito que consta no artigo 5º da Constituição Federal e em diversos normativos do país, em especial na Lei de Responsabilidade Fiscal, e na Lei de Acesso à Informação, legislações que garantem o acesso aos documentos de caráter administrativo oficial, tanto em nível Federal, Estadual e Municipal, desde que não seja de ordem pessoal e não possuam natureza sigilosa.

Há também a Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011) que garante que quem solicitar a informação irá recebê-la, seja pessoa física ou jurídica, sem sequer precisar esclarecer um motivo para o mesmo. Promulgada em 2011, esta legislação estabelece que todas as esferas de governo, incluindo o Governo Federal, devem fornecer informações públicas de forma clara, acessível e transparente. Ela assegura o direito de qualquer cidadão obter informações sobre ações governamentais, desde políticas públicas até dados orçamentários. Além disso, o governo é obrigado a responder a pedidos de informação dentro de prazos definidos, salvo em casos de sigilo legalmente justificável.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Amom Mandel - Cidadania/AM

Apresentação: 14/12/2023 17:01:19.753 - MESA

RIC n.3107/2023

Dessa forma, buscando cumprir o meu papel representativo dos interesses da sociedade, entendo que é crucial assegurar a transparência, esclarecer dúvidas e estimular a fiscalização, a presente solicitação de informações tem o intuito de auxiliar na busca por soluções, respeitando o interesse público e visa garantir um sistema mais justo, acessível e eficiente para todos os brasileiros.

Estes questionamentos visam obter informações detalhadas sobre as ações planejadas ou em andamento para lidar com as questões graves levantadas pelas investigações, bem como para garantir a implementação de medidas que visem a segurança, integridade e tratamento adequado dos dependentes químicos nessas instituições.

E sabendo da extrema importância dessa matéria e entendendo a necessidade que o cidadão possui em ter acesso a informações relacionadas ao tema, para poderem avaliar se as políticas estão sendo efetivadas e se as prioridades do governo estão alinhadas com as suas necessidades, solicito as informações aqui requeridas e apoio para aprovação do presente requerimento de informações.

Sala de sessões, em de de 2023.

Deputado AMOM MANDEL
Cidadania/AM

